



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8673 - Pôster - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

GESTÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM SANTARÉM: IMPLICAÇÕES DO GERENCIALISMO DA NOVA GESTÃO PÚBLICA

Elenise Pinto de Arruda - UFOPA

Maria Lília Imbiriba Sousa Colares - UFOPA

GESTÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM SANTARÉM:

IMPLICAÇÕES DO GERENCIALISMO DA NOVA GESTÃO PÚBLICA

Este texto integra a pesquisa de doutorado em andamento que estuda a Nova Gestão Pública e a Educação Integral no município de Santarém-PA, cujo objetivo é analisar a gestão da educação integral e seus desdobramentos frente à implementação do modelo gerencial oriundo da Nova Gestão Pública, a partir das reformas educacionais dos anos 1990 e que permanece até os dias atuais.

Considerações iniciais

A reforma educativa efetivada no Brasil, nos anos 1990, foi consequência da reforma do Estado brasileiro consolidada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2001) que visando a modernização do país, o fortalecimento de sua economia e torná-lo competitivo no mercado internacional, implantou medidas, especialmente ajuste fiscal, a fim de garantir o cumprimento da agenda necessária para a implantação do novo projeto de governo, sustentado no ideário neoliberal e na reestruturação produtiva capitalista.

A reformulação da administração pública, em conformidade com o contexto de reestruturação do Estado, incidiu sobre o sistema educacional a necessidade de ajuste na sua forma de gestão, que agora, em um modelo mais “moderno” deveria ser regida por uma administração gerencial – gerencialismo e compunha o ideário da Nova Gestão Pública - NGP[1]. Neste contexto, a educação, vista como serviço, a escola como empresa e o aluno/família como clientes, passa à imputar à escola aspectos do contexto empresarial, baseando suas ações em pontos chaves como eficiência, eficácia e produtividade, e assim, seguir parâmetros, indicadores de desempenho, metas e gestão de resultados.

Na conjuntura pós anos 1990, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva

(2003-2008), Oliveira (2015) reflete que apesar dos avanços promovidos pelo governo do presidente Lula no Brasil e na educação, o governo não rompeu com a racionalidade, com a ideia de progresso dependente de uma escola eficaz. Concepção esta, que permaneceu no mandato presidencial de Dilma Rousseff a partir de 2011.

Portanto, a Reforma educativa implantada no país em consonância com a Reforma do Estado trouxe a gestão da educação à centralidade das políticas educacionais e perdura décadas depois, envolvendo todos os segmentos, níveis e modalidades da educação como por exemplo, a educação integral.

A partir disso, é interessante refletir sobre como a educação integral se desenvolveu neste movimento de adoção de um modelo gerencial de gestão subsidiado na Nova Gestão Pública, considerando que

[...] do ponto de vista político, as definições do tempo escolar podem sempre ser relacionadas a expectativas ou projetos de governo e de sociedade. Em geral, a motivação para as mudanças do tempo de escola embute questões ideológicas, ainda que encobertas por demandas de caráter pragmático. (CAVALIERE, 2006, p.94)

E no caso de Santarém, questionamos: Como a gestão da educação integral do município se materializou diante da implantação do modelo gerencial da Nova Gestão Pública? E ainda: Quais os desdobramentos da Nova Gestão Pública na política de educação integral do município? Quais os instrumentos foram utilizados para efetivar a gestão gerencial? Em que medida as ações de educação integral das escolas acompanharam as orientações da reforma gerencial na gestão escolar? Como foi a relação entre a secretaria de municipal de educação e as escolas na transposição desta concepção de gestão? Em que medida houve comprometimento da concepção e das ações de educação integral em função do gerencialismo? Essas são questões que surgiram inicialmente e que poderão ser modificadas, excluídas e/ou adicionadas a outros elementos.

Educação integral em Santarém e o gerencialismo: apontamentos parciais

Por meio da literatura científica, verifica-se que entre as experiências de educação integral implementadas têm-se a ampliação da jornada do tempo na escola – educação/escola em tempo integral. Entretanto, é pacífico entre educadores que ampliação do tempo de estudos não é equivalente à educação integral.

Nesta perspectiva, Assis, Machado e Ganzelli (2018, p. 9) afirmam:

[...] educação em tempo integral não é sinônimo de educação integral, vez que a primeira é referente a uma situação curricular organizacional, e a outra relaciona-se diretamente com o conceito que se adota sobre educação, podendo ou não ser feita em jornada ampliada, mas de nenhuma forma dependente dela.

Pinheiro e Rodrigues (2012) e Ferreira (2016) destacam que as primeiras experiências de ampliação da jornada escolar no município de Santarém datam do ano de 2005 com o Projeto Arte na Escola da Gente, com ações de oficinas de arte no cotidiano escolar, caravanas de arte e educação e festivais de música e somente em 2011 que se construiu a primeira escola de tempo integral.

Atualmente, a Secretaria Municipal de Educação de Santarém informa que há duas formas de ampliação da jornada escolar:

a) *O aluno de tempo integral* - o educando possui duas matrículas uma na escola regular (4 horas) e no contraturno (3 a 4 horas) [...]. Nestes moldes temos: *i)* o Programa do Governo Federal Novo Mais Educação com 15 horas semanais[...]; *ii)* as escolas municipais de atendimento complementar [...].

b) *A escola de tempo integral* - A SEMED possui 2 escolas que funcionam em regime de tempo integral [...]. (SEMED, 2019)

O Censo da Educação Básica 2019 informa que houve em Santarém o registro de 9.401 matrículas em educação em tempo integral sendo 55,6% no Ensino Fundamental – Anos Finais e correspondendo a 15,8% do total de matrículas da rede municipal de ensino. (INEP/MEC, 2020)

Em consulta às dissertações que discutiram educação integral na rede de ensino do município, verificamos que no que se refere à gestão, os trabalhos[2] apontam a questão da infraestrutura e recursos financeiros como um dos principais problemas e desafios na implementação da educação de tempo integral nas escolas.

Sem dúvida, o financiamento da educação integral é um dos prováveis e, talvez, o mais determinante fator que interfere na viabilidade da educação integral e educação de tempo integral, haja vista exigir infraestrutura apropriada com construção e/ou reestruturação de espaços escolares, alimentação escolar, recursos pedagógicos, investimento na carreira e formação docente entre outras demandas. Obviamente, a ausência ou pequeno investimento compõe um ideário político, pois a educação não está alheia às condições econômicas impostas historicamente por aqueles que detém o poder hegemônico - o capital.

A lógica da hegemonia vigente, a partir do gerencialismo pode ser vista ainda na educação municipal santarena por meio da parceria público-privado desde 1997 com o Instituto Ayrton Senna – IAS. Entidade criada em meio ao redimensionamento da relação entre o público e o privado, no contexto de redefinição do papel do Estado ocorrido no Brasil nos anos 1990. Resumidamente, o Instituto representa um novo setor na sociedade brasileira – Terceiro setor, que, sob justificativa de desonerar o Estado sobrecarregado com as demandas sociais recebe para si a responsabilidade para atuar em serviços não mais considerados exclusivos do Estado (saúde, educação, cultura e outros), representando, desta forma, um esvaziamento da ação do Estado frente principalmente às políticas sociais.

Assim, o IAS representa o novo ideário e concebe a gestão da educação a partir dos preceitos da Nova gestão pública.

A concepção de gestão do Instituto parece incorporar preceitos clássicos da administração empresarial, segundo os quais o planejamento é fundamental e sua execução bem sucedida depende de uma clara divisão de tarefas, sobretudo no que diz respeito à separação entre planejamento e execução.”(PERONI, 2013, p. 159).

Em Santarém essa concepção se consolida, já que o IAS passa a ser o agente planejador e as escolas, os agentes executores, cumprindo uma rigorosa lista de tarefas, como ilustra Arruda

Todos tem ações pré-estabelecidas. Professores, diretores, coordenadores pedagógicos e outros devem seguir o caminho determinado pelo Instituto. Isso é evidenciado pelas “agendas” construídas para tal fim, nas quais são elencadas as atividades e com qual periodicidade devem ser desenvolvidas pelas inúmeras fichas que devem ser preenchidas pelos professores, coordenadores pedagógicos e diretores, pelas formações e kits de aprendizagem padronizados. (2015, p. 32,33)

Essas questões apresentadas nos levam a refletir como esse panorama está afetando a gestão da educação integral do município de Santarém. Partimos da tese que a gestão escolar na perspectiva da formação integral é incompatível com as exigências de uma gestão focada em resultados, como pensada pela Nova Gestão Pública. Em virtude disso, buscaremos aprofundar a compreensão sobre a gestão escolar da educação integral de Santarém coadunado à lógica da Nova Gestão Pública, tendo em vista a correlação de forças globais e locais e a relação dialética com as estruturas de poder e assim, verificar que fatores,

determinações, contradições e desafios implicam este processo.

Palavras-chaves: Educação integral. Gerencialismo. Gestão.

Referências

ARRUDA, E. P. de. **Coordenação pedagógica:** contradições e possibilidades para a construção da gestão democrática na escola. 2015. 186f. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará/PPGE/UFOPA, Santarém, 2015

ASSIS, A.E. S. MACHADO, C. GANZELLI, P. Estado e educação integral: concepções e desafios. *In:* MACIEL, Antônio C; GANZELI, Pedro; COSTA, Sinara A. **Sentidos da educação integral:** conceitos, programas. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

CASTRO, A. S. de. **A educação integral em tempo integral na perspectiva da equipe gestora:** a realidade de uma escola municipal de Santarém/PA. 2017. 103f. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará/PPGE/UFOPA, Santarém, 2017.

CAVALIERE, A. M. Em busca do tempo de aprender. **Cadernos Cenpec.** Vol.1, n. 2, p. 91-101, 2006 Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/issue/view/8>. Acesso em 17 de junho de 2019.

FERREIRA, G. V. **Educação de tempo integral em Santarém:** ações da Secretaria Municipal de Educação no período de 2008 a 2014. 2016. 173f. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará/PPGE/UFOPA, Santarém, 2016.

INEP. **Resumo técnico do Censo Escolar 2019.** Brasília, 2020. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico Acesso em de 26 de junho de 2020.

OLIVEIRA, D. A. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 132, p. 625-646, jul.-set., 2015.

OLIVEIRA, D. A. A Nova Gestão Pública no contexto escolar e os dilemas dos(as) diretores(as). **RBPAE** - v. 33, n. 3, p. 707 - 726, set./dez. 2017

PINHEIRO, L. RODRIGUES, . A experiência da rede municipal de ensino de Santarém. *In:* MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da educação integral no Brasil:** direitos a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012, p. 434-438

SANTARÉM, Secretaria Municipal de Santarém. Ofício nº 304/2019 - SEMED. Santarém: Secretaria Municipal de Santarém, 31 de julho de 2019

SIQUEIRA, A. O. dos S. **O programa mais educação:** Concepções e desafios para a gestão escolar. 2016. 153f. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará/PPGE/UFOPA, Santarém, 2016

[1] Em Oliveira (2017), de acordo com Dasso Junior (2014), é apontado que Michel Messenet foi o primeiro a usar

a expressão “Nova Gestão Pública”, em sua obra *La Nouvelle Gestion Publique: pour un Etat sans Burocratie*, publicada em 1975, em que critica a Administração Pública burocrática.

[2] Ferreira(2015), Siqueira (2016), Castro (2017)